

Em resumo, os passos são os seguintes, com relação aos Estados:

**1º)** aprovação da população **diretamente interessada**, através de **plebiscito**, como condição prévia, essencial e prejudicial, a partir de proposta aprovada no âmbito do Congresso Nacional; o STF já assentou que o termo "população diretamente interessada" corresponde **à população total dos estados envolvidos**; nesse sentido, o Supremo entendeu compatível o art. 7º, da Lei 9.709/1998 com a Constituição Federal, e que **se aplica tanto a modificação territorial de estados quanto de municípios** (ADI, 2.650, rel. Min. Dias Toffoli, julg. 24/8/2011):

*Art. 7º Nas consultas plebiscitárias previstas nos arts. 4º e 5º entende-se por população diretamente interessada tanto a do território que se pretende desmembrar, quanto a do que sofrerá desmembramento; em caso de fusão ou anexação, tanto a população da área que se quer anexar quanto a da que receberá o acréscimo; e a vontade popular se aferirá pelo percentual que se manifestar em relação ao total da população consultada.*

**2º)** manifestação **meramente opinativa** das **assembleias legislativas**, cujo parecer **não é vinculante**; essa manifestação tem por base o **art. 4º da Lei 9.709/1998**, que regulamenta o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular:

*Art. 4º A incorporação de Estados entre si, subdivisão ou desmembramento para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, dependem da aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito realizado na mesma data e horário em cada um dos Estados, e do Congresso Nacional, por lei complementar, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas.*

**3º)** propositura do projeto de **Lei Complementar por qualquer das Casas do Congresso Nacional** (Lei 9.709/1998, art. 4º, § 1º);

*Art. 4º .....*

*§ 1º Proclamado o resultado da consulta plebiscitária, sendo favorável à alteração territorial prevista no caput, o projeto de lei complementar respectivo será proposto perante qualquer das Casas do Congresso Nacional.*

**4º)** aprovação da **lei complementar pelo Congresso Nacional**.